



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9399

**Presidente da Mesa Diretora:** Cláudio Ribeiro Prates

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Modifica e Revoga Leis

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 05/12/2017

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 104/2017. Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.754, de 15/06/2007 e da Lei Municipal nº 4.734, de 12/09/2014, que dispõem sobre a Política Municipal de Proteção, Preservação, Conservação, Controle e Recuperação do Meio Ambiente e de Melhoria da Qualidade de Vida no Município de Montes Claros e sobre o repasse de recursos financeiros do Fundo Único de Meio Ambiente às entidades governamentais e não governamentais, após aprovação do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente - CODEMA. (Referente à Lei nº 5.034, de 27/12/2017).

**Controle Interno – Caixa:** 16.7

**Posição:** 32

**Número de folhas:** 07

---

Especie: P. L  
Categoria: modificado  
Cx: 16.7  
Ordem: 32  
nº folhas: 05

Nº 81/2017



19.12.2017

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 104/2017

AUTOR:

Executivo Municipal

Lei nº 5.034, de 27/12/2017

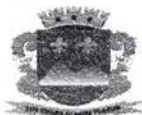
ASSUNTO:

Altera Dispositivos da Lei Municipal nº 3.754, de 15 de junho de 2007 e da Lei Municipal nº 4.734, de 12 de setembro de 2014.

### MOVIMENTO

Entrada em 05/12/2017

- 1 - Comissão Legislação e Justiça.
- 2 -
- 3 - VISTAS POR 3 DIAS EM 14.12.2017
- 4 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 5 - C/TA EM 19.12.2017, SALVO
- 6 - EMENDA
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

PROJETO DE LEI Nº **104**, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.754, DE 15 DE JUNHO DE 2007 E DA LEI Nº 4.734, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.**

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica alterado o inciso XX, do art. 15, da Lei nº 3.754, de 15 de junho de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 15 - ...**

**I - ...**

**...**

**XX** – Compete ao CODEMA decidir sobre o pedido de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos cujas fontes poluidoras sejam classificadas como de grande porte e, excepcionalmente, aquelas atividades e empreendimentos cujo impacto local, definido nos termos da Lei Complementar Federal n.º 140, de 08 de dezembro de 2.011, justifique a manifestação do Conselho;

**...”**

**Art. 2º** – Fica alterado o parágrafo único, do art. 17, da Lei nº 3.754, de 15 de junho de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 17 – ...**

**Parágrafo Único.** As atividades e empreendimentos a que se refere o “caput” serão classificadas como de grande, médio e pequeno porte mediante Deliberação Normativa do CODEMA, observada a classificação instituída pela legislação Federal, Estadual e Municipal.”

**Art. 3º** – Fica alterado o art. 18, da Lei nº 3.754, de 15 de junho de 2007, que passa a vigorar acrescido de § 5º e com a seguinte redação:

**“Art. 18** – Dependará de prévio licenciamento ambiental, a ser concedido pelo CODEMA, a construção, instalação, ampliação, modificação ou o funcionamento de empreendimentos e atividades poluidoras ou degradadoras do meio ambiente classificadas como de grande porte, nos termos do parágrafo único do artigo anterior, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

**§ 1º.** Excluem-se do licenciamento a que refere o caput as atividades e empreendimentos classificados como de pequeno e médio porte, que sujeitam-se ao licenciamento ambiental simplificado.

**§ 2º.** O licenciamento ambiental simplificado competirá ao titular do

A conselheiro  
5/12/17

*[Assinatura]*



Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente.

§ 3º. ...

§ 4º. ...

§ 5º. As atividades de loteamento em qualquer das suas classificações (Classe 0, Classe 1 ou Classe 2) deverão ser submetidas à apreciação e aprovação em plenário do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente (CODEMA)."

Art. 4º – Fica alterado o §2º, do art. 24, da Lei nº 3.754, de 15 de junho de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. ...

§ 1º. ...

§ 2º. Da decisão administrativa do CODEMA acerca do licenciamento ambiental caberá recurso à Câmara Recursal do Conselho, nos termos de seu regimento interno."

Art. 5º – Fica integralmente revogado o art. 25, da Lei nº 3.754, de 15 de junho de 2007.

Art. 6º – A ementa da Lei 4.734, de 12 de setembro de 2.014, passa a vigorar com a seguinte redação

"AUTORIZA O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDO ÚNICO DE MEIO AMBIENTE ÀS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS, PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, APÓS APROVAÇÃO PELO CODEMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 7º – O art. 1º, da Lei 4.734, de 12 de setembro de 2.014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar recursos financeiros do Fundo único de Meio Ambiente – FAMA às entidades governamentais, não governamentais, às pessoas físicas e jurídicas, podendo fazê-lo através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para financiamento de projetos sem fins lucrativos destinados à execução de políticas ambientais no âmbito do Município."

Art. 8º – O art. 2º, da Lei 4.734, de 12 de setembro de 2.014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. Para a concessão do repasse de recursos financeiros, o beneficiário deverá atender às seguintes condições:

...

III – ter sido declarado de utilidade pública, quando cabível.

...;

Art. 9º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 10 – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Montes Claros (MG), em 27 de novembro de 2017.

  
Humberto Guimarães Souto  
Prefeito de Montes Claros

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 05 DE DEZEMBRO DE 2017  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE





**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

Montes Claros (MG), 27 de novembro de 2017.

Exmo. Sr.  
Vereador Cláudio Ribeiro Prates  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros.  
Ofício nº GP-\_\_\_\_\_/2017  
Assunto: encaminhamento de projeto de lei

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.754, DE 15 DE JUNHO DE 2007 E DA LEI Nº 4.734, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014."**

O presente Projeto de Lei tem como objetivo alterar a Lei Municipal nº 3.754/2007, que "DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO, CONTROLE E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, SEUS FINS, MECANISMOS DE REGULAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." e a Lei Municipal nº 4734/2014, que "AUTORIZA O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDO ÚNICO DE MEIO AMBIENTE ÀS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS, APÓS APROVAÇÃO DO CODEMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.", sendo que tais alterações visam dar eficiência e dinamismo ao Sistema de Controle Ambiental.

Na certeza de que os benefícios que advirão das medidas contidas no projeto de lei em referência justificam, plenamente, a sua aprovação e em face da urgência de sua implementação, solicitamos que referida proposição seja submetida ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
Humberto Guimarães Souto  
Prefeito de Montes Claros

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
28/11/2017	
HORA: 2:55	
ASS: 	



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 104/2017 QUE “Altera dispositivos da Lei nº 3.754, de 15 de junho de 2007 e da Lei nº 4.734, de 12 de setembro de 2014” de autoria do Prefeito Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


O projeto em comento visa a alteração das Leis 3.754/2007 e 4.734/2014.

Tanto a iniciativa das referidas Leis, quanto sua alteração, são de iniciativa do Executivo Municipal, bem como, não se vislumbra nenhuma ilegalidade em seu objetivo.

Assim sendo somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende a técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 06 de dezembro de 2017.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605





## Câmara Municipal de Montes Claros - MG

**EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 104/2017**  
que "Altera Dispositivos da Lei 3.754, de 05  
Junho de 2007 e da Lei 4.734, de 12 de Setembro  
de 2014"

Altera a redação do art. 9º do referido projeto de lei e renumera os demais.

**Art. 9º** – Altera o art. 3º da Lei 4.734, de 12 de setembro de 2014, que passa a vigorar com com a seguinte redação:

Art. 3º – Os beneficiários com a concessão do repasse de recursos financeiros de que trata a presente Lei enviará a prestação de contas à Secretaria de Meio Ambiente e a Câmara Municipal/Comissão de Meio Ambiente, ao final do exercício financeiro.

Parágrafo Único: O CODEMA enviará à Câmara Municipal o saldo do Fundo Único do Meio Ambiente e o valor dos recursos aplicados em cada projeto ambiental desenvolvido no Município, até o dia 15 de dezembro de cada ano.

Sala das Sessões , 15 de dezembro de 2017

Comissão de Legislação e Justiça e Redação

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva \_\_\_\_\_

Vice-Presidente : Ver. Martins Lima Filho \_\_\_\_\_

Suplente /Relator: Ver. Ailton Soares dos Reis : \_\_\_\_\_

Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

Presidente (em exercício): Ver. Domingos Edmilson Magalhães \_\_\_\_\_

Suplente/Relator: Ver. Raimundo Pereira Silva \_\_\_\_\_

Suplente/Presidente: Maria das Graças G. Dias \_\_\_\_\_

